



Desenvolvimento Regional em Debate
ISSN: 2237-9029
valdir@unc.br
Universidade do Contestado
Brasil

Integrando a agricultura urbana e periurbana em políticas de planejamento urbano

Alves, Deise de Oliveira; Oliveira, Letícia de
Integrando a agricultura urbana e periurbana em políticas de planejamento urbano
Desenvolvimento Regional em Debate, vol. 10, 2020
Universidade do Contestado, Brasil
Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570864390062>
DOI: <https://doi.org/10.24302/drdd.v10i0.3198>

Artigos

Integrando a agricultura urbana e periurbana em políticas de planejamento urbano

Integrating urban and periurban agriculture in urban planning policies

Integración de la agricultura urbana y periurbana en las políticas de urbanismo

Deise de Oliveira Alves deiseoliveiraalves@hotmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

 <http://orcid.org/0000-0003-4336-9978>

Leticia de Oliveira leticiaoliveira@ufrgs.br
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

 <http://orcid.org/0000-0003-2310-4710>

Desenvolvimento Regional em Debate,
vol. 10, 2020

Universidade do Contestado, Brasil

Recepção: 27 Setembro 2020
Aprovação: 14 Novembro 2020

DOI: <https://doi.org/10.24302/dr.v10i0.3198>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570864390062>

Resumo: O rápido crescimento das populações urbanas nos países em desenvolvimento, torna-se impreterável a incorporação da agricultura urbana e periurbana ao planejamento urbano, a partir de políticas de desenvolvimento agrícola e urbano. O estudo teve como objetivo apontar as políticas que dificultam e que favorecem o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana. Para isso, realizou-se uma análise bibliométrica e em seguida, aplicou-se o método PRISMA para a análise sistemática. Os resultados evidenciaram que as cidades possuem políticas de uso da terra, zoneamento de proteção, financiamentos, aluguéis temporários ou doações de terras, método de preservação ambiental e um meio de promover a saúde pública. Entretanto, existem cidades com zoneamento restritivo, políticas proibitivas, regulações mal definidas, restrições de recursos, terras com preços elevados e atividade informal. Conclui-se que a agricultura urbana e periurbana depende de políticas públicas de planejamento urbano do uso das terras agrícolas, políticas de incentivo para produção e consumo.

Palavras-chave: Cidades, Governo, Políticas Públicas, Produção de Alimentos.

Abstract: The rapid growth of urban populations in developing countries makes it imperative to incorporate urban and peri-urban agriculture into urban planning, based on agricultural and urban development policies. The study aimed to point out how policies that hinder and favor the development of urban and peri-urban agriculture. For this, a bibliometric analysis was performed and then the PRISMA method was applied for systematic analysis. The results showed that cities have land use policies, protection zoning, financing, land allocation or donations, environmental preservation method and a means of promoting public health. However, there are cities with restrictive zoning, prohibitive policies, ill-defined regulations, resource restrictions, high-priced land and informal activity. It is concluded that urban and peri-urban agriculture depends on public policies for urban planning on the use of agricultural land, policies to encourage production and consumption.

Keywords: Cities, Government, Public Policy, Food Production.

Resumen: El rápido crecimiento de las poblaciones urbanas en los países en desarrollo hace imperativo incorporar la agricultura urbana y periurbana en la planificación urbana, basada en políticas agrícolas y de desarrollo urbano. El estudio tuvo como objetivo señalar cómo las políticas que dificultan y favorecen el desarrollo de la agricultura urbana y periurbana. Para ello se realizó un análisis bibliométrico y luego se aplicó el método

PRISMA para su análisis sistemático. Los resultados mostraron que las ciudades cuentan con políticas de ordenamiento territorial, zonificación de protección, financiamiento, asignación o donación de terrenos, método de preservación ambiental y un medio para promover la salud pública. Sin embargo, hay ciudades con zonificación restrictiva, políticas prohibitivas, regulaciones mal definidas, restricciones de recursos, tierras caras y actividad informal. Se concluye que la agricultura urbana y periurbana depende de políticas públicas de planificación urbana sobre el uso del suelo agrícola, políticas para incentivar la producción y el consumo.

Palabras clave: Ciudades, Gobierno, Política Pública, Producción de Alimentos.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento da população humana está intimamente ligado à formação das cidades, pois, durante décadas, a população rural migrou para as áreas urbanas em busca de novas oportunidades. De acordo com Russo, Tomaselli e Pappalardo (2014) foi ao longo da segunda metade do século XX que ocorreu o aumento da população e a acelerada urbanização. Para os autores, essa grande mobilidade acarretou um crescimento sem precedentes nas cidades, sendo que construções e novas infraestruturas envolveram as paisagens tradicionais, tornando-as cada vez mais fragmentadas.

Logo, esse rápido crescimento das populações urbanas nos países em desenvolvimento está intimamente associado a maximização da demanda nos sistemas de abastecimentos de alimentos. Nesse sentido, a produção de alimentos necessária para atender a demanda futura da população consequentemente impacta no aumento acentuado no consumo de recursos finitos. Portanto, produzir recursos alimentares suficientes no meio ambiente urbano com baixo impacto, tornou-se um dos desafios mais importantes da agricultura para o futuro.

Sendo assim, a agricultura urbana configura-se como uma atividade localizada dentro de uma cidade ou metrópole, que produz, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentícios e não alimentares, reutilizando recursos, produtos e serviços (CABANNES; MAROCCHINO, 2018). Existe também a agricultura periurbana que se refere às unidades agrícolas nos arredores das cidades, cuja operacionalização ocorre por meio de fazendas semi ou totalmente comerciais intensivas direcionadas ao cultivo de hortaliças, criação de frangos e produção de leite, por exemplo (D'ALESSANDRO; HANSON, KARARACH, 2016).

Os benefícios da agricultura urbana e periurbana abrangem a segurança alimentar, qualidade ambiental, paisagem urbana, integração social e economia desenvolvimento estão se tornando mais reconhecidos nos círculos políticos, bem como níveis de cidadão (CINÁ; KHATAMI, 2017). Ademais, esses benefícios podem ser diretos ou indiretos às famílias, organizações e instituições, bem como podem ser medidos a partir de sua contribuição para o alcance dos objetivos ecológicos, como a sustentabilidade das cadeias de suprimentos alimentares, por exemplo (MEENAR; MORALES; BONAREK et al., 2017).

O conceito sustentabilidade social, econômica e ambiental – está usualmente associado ao planejamento urbano em países mais desenvolvidos. Sugere ecoarquitetura de alta tecnologia, ciclovias e indústrias de circuito fechado que não produzem resíduos (FAO, 2012). Contudo, as dimensões sociais e econômicas são significativamente diferentes em países em desenvolvimento. Neles, o conceito de sustentabilidade pode guiar para o desenvolvimento urbano voltado para a segurança alimentar, trabalho e renda decente, um meio ambiente limpo e boa governança para todos os cidadãos (FAO, 2012).

Assim, para que haja a integração da agricultura em áreas urbanas é necessária a existência de políticas claras e dotadas de incentivos através de novos regulamentos (BILALI et al., 2013). As políticas devem abranger marcos regulatório e legal, além de ferramentas de gerenciamento para promover o desenvolvimento da atividade, sendo incluída nos planos municipais de desenvolvimento urbano e uso da terra (EL BILALI et al., 2013).

Essas políticas devem ser desenvolvidas de forma participativa e inclusiva, envolvendo todos os atores relevantes e influentes (BILALI et al., 2013). Tais políticas devem ser direcionados aos desenvolvedores públicos e privados a fim de motivá-los a incluírem a agricultura urbana e periurbana nos novos projetos residenciais e comerciais, utilizarem edifícios públicos e terras para pequenas demonstrações desses projetos, promoverem treinamentos para o pessoal de extensão, planejadores e produtores urbanos, bem como estabelecerem parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONGs) para a maximização da valorização de uma cultura alimentar local, por exemplo (BILALI et al., 2013).

Entretanto, não é incomum que planejadores e autoridades municipais não possuam uma compreensão abrangente dos benefícios e desafios da agricultura urbana ou do planejamento e implicações políticas das práticas agrícolas urbanas (MEENAR; MORALES; BONAREK, 2017). Em muitos países, a agricultura urbana não é reconhecida nas políticas agrícolas e planejamento urbano. Os produtores em geral atuam sem licença das autoridades municipais, ou em terras regidas pelo direito consuetudinário, não recebendo assistência pública nem supervisão (FAO, 2012).

Muitas vezes o primeiro passo do planejamento urbano, consiste em legalizar e proteger pequenas hortas que surgiram sem licença (FAO, 2018). Logo o plano pode atuar como uma política voltada para dar consistência as várias opções que orientam a transição urbana em direção a uma perspectiva de desenvolvimento sustentável (CINÁ; KHATAMI, 2017). O desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana requer uma transição de atitude e comportamento de todos os atores envolvidos especialmente as pessoas urbanas e os formuladores de políticas locais; que pode ser promovido ativando políticas e regulamentos (BILALI et al., 2013).

Destarte, a pesquisa realizada teve como objetivo reunir informações na literatura científica acerca da integração da agricultura urbana

e periurbana as políticas de planejamento urbano. Portanto, neste estudo busca apontar as políticas que dificultam e que favorecem o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana. Para isso, aplicou-se indicadores bibliométricos, tais como evolução temporal áreas do conhecimento predominantes e, principais países. Em seguida, utilizou-se o método PRISMA e procedeu-se com uma análise sistemática.

Assim, além desta introdução, este artigo contempla mais três seções. Na segunda seção, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a operacionalização da investigação. Posteriormente apresentam-se a análise e discussão dos resultados obtidos, empregando figuras para ilustrá-los. E, na última seção, descrevem-se as contribuições e limitações deste estudo, bem como, propõem-se sugestões para pesquisas futuras.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada teve como base um portfólio de artigos científicos indexados na base de dados Elsevier Scopus, publicados até o ano de 2018, que atendiam a determinados critérios e orientações de buscas. A base de dados internacional de produção científica Elsevier's Scopus é o maior banco de dados de resumos e citações da literatura com revisão por pares: revistas científicas, livros, processos de congressos e publicações do setor. Além disso, oferece um panorama da produção de pesquisas do mundo nas áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanidades (ELSEVIER, 2020).

A partir disso, procedeu-se com uma análise bibliométrica com revisão sistemática do conteúdo dos artigos, seguindo o protocolo Prisma. Segundo Araújo (2006), a análise bibliométrica consiste no uso de técnicas estatísticas e matemáticas para a verificação de características da literatura científica e de outros meios de comunicação. Em contrapartida, o protocolo Prisma visa auxiliar os pesquisadores a melhorarem o relato das revisões sistemáticas ou meta-análises (MOHER et al., 2015).

Para Moher et al. (2015), a revisão sistemática que adota o protocolo Prisma tem como base a formulação de uma questão objetiva, bem como a utilização de métodos sistemáticos a fim de identificar, selecionar e avaliar, de forma crítica, as pesquisas consideradas mais relevantes acerca do assunto pesquisado. Assim, inicialmente definiu-se a Elsevier Scopus como a base de dados na qual os artigos analisados deveriam estar publicados. Em seguida, definiu-se como orientação de busca os termos “urban agriculture” e “urban planning”, mediados pelo operador booleano “and”.

O período de busca compreendeu todas as publicações até o ano de 2018 e a tipologia de documento selecionada foi artigo. A partir de tais definições, obteve-se um portfólio inicial composto por 182 artigos. Consequentemente, definiram-se os principais indicadores bibliométricos a serem observados, tais como: evolução cronológica das publicações; áreas do conhecimento as quais estas pertencem; e, números de publicações

por País. Posteriormente, aplicou-se a metodologia do protocolo Prisma, conforme ilustra a Figura 1.

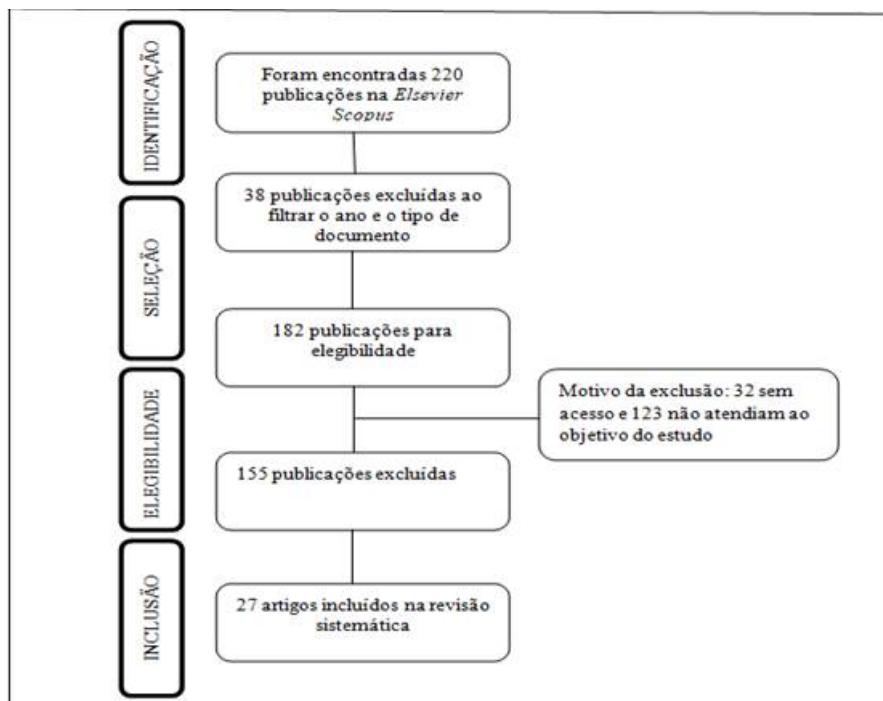


Figura 1

– Fluxograma Prisma com a identificação e seleção dos artigos para a revisão sistemática

Fonte: Elaborada pelos autores

Na figura 1, nota-se que dos 182 artigos da pesquisa apenas 27 atenderam às quatro etapas do fluxograma: identificação, seleção, elegibilidade e inclusão. A eliminação de 157 artigos refere-se àqueles que não disponibilizaram o seu texto completo na web, e também, aqueles que não atendiam aos objetivos propostos pelo estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

A busca realizada na Elsevier's Scopus resultou, inicialmente, em 182 publicações. A partir desse portfólio, a Figura 2 apresenta uma análise temporal das publicações, a fim de evidenciar o interesse dos pesquisadores acerca da temática proposta, ao longo do tempo.

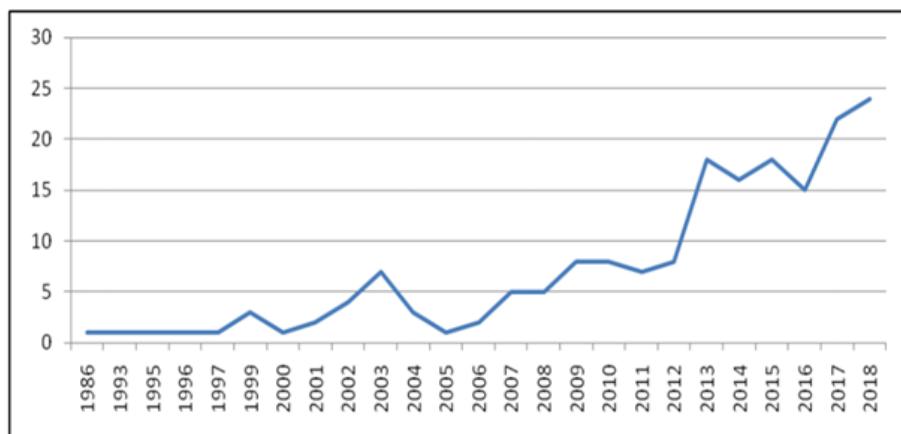


Figura 2
– Evolução temporal dos artigos publicados até o ano de 2018
Fonte: Elaborado pelos autores

Percebe-se que há uma discussão sobre a temática desde 1986, porém a evolução do interesse expressa crescimento partir de 2006, ascendendo-se significativamente em 2013 até 2018. O primeiro artigo publicado sobre políticas de planejamento urbano na agricultura urbana e periurbana foi intitulado “As pessoas que atrapalham: Mudança de valores na gestão de resíduos urbanos” e trata sobre os avanços na eliminação e tratamento de resíduos nos países em desenvolvimento. As pesquisas sobre agricultura urbana e periurbana estão crescendo rapidamente (LIU, 2015) sendo concentradas em suas dimensões sociais e ambientais, tais como política pública, água e reciclagem de resíduos, terra, questões de planejamento e de gênero etc.

Não obstante, a Figura 3 demonstra as principais áreas que publicam sobre planejamento urbano na agricultura urbana e periurbana, considerando todos os documentos publicados até o ano de 2018 verificados nesta pesquisa.

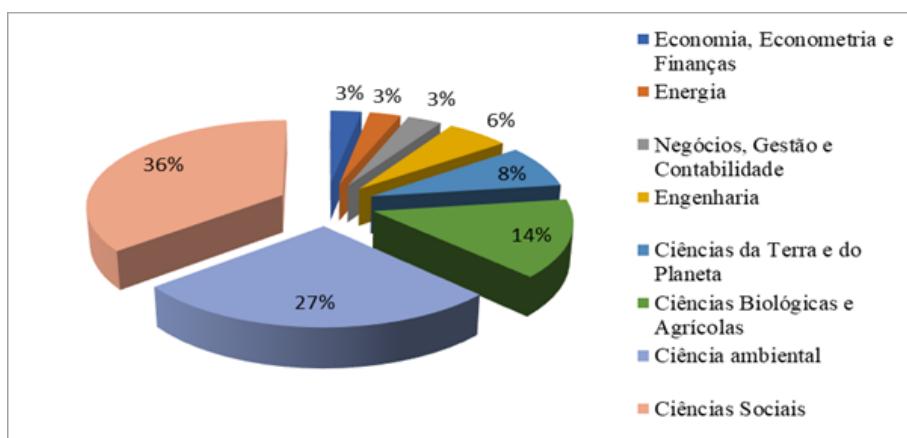


Figura 3
– Principais áreas de pesquisa sobre planejamento urbano na agricultura urbana e periurbana
Fonte: Elaborado pelos autores

Nota-se que os estudos sobre as políticas de planejamento urbano na agricultura urbana são produzidos em diversas áreas do conhecimento,

configurando-se como um tema multidisciplinar, que encontra respaldo em uma diversidade de vertentes teóricas e áreas do conhecimento científico. Dos 182 artigos analisados a maior parte (40%) está publicada na área da ciência sociais, seguida pela área de ciência ambiental que responde por 28% das publicações e pelas ciências agrárias e biológicas, que contribuem com 13% dos artigos. Logo, pode-se inferir que o planejamento urbano na agricultura urbana e periurbana apresenta acentuada influência nas questões relacionadas aos aspectos sociais do ser humano, preservação do meio ambiente e do bem-estar animal.

As políticas de planejamento urbano na agricultura urbana e periurbana possuem uma tendência evolutiva na disseminação da produção científica em diversas áreas de pesquisa, promovendo esse conhecimento nos países desenvolvidos ou que ainda estão em desenvolvimento. Dessa forma, verifica-se que determinados países são destaque no que concerne ao número de publicações sobre a temática investigada. A Figura 4 apresenta a contribuição dos dez principais países que mais publicam sobre tal tema.

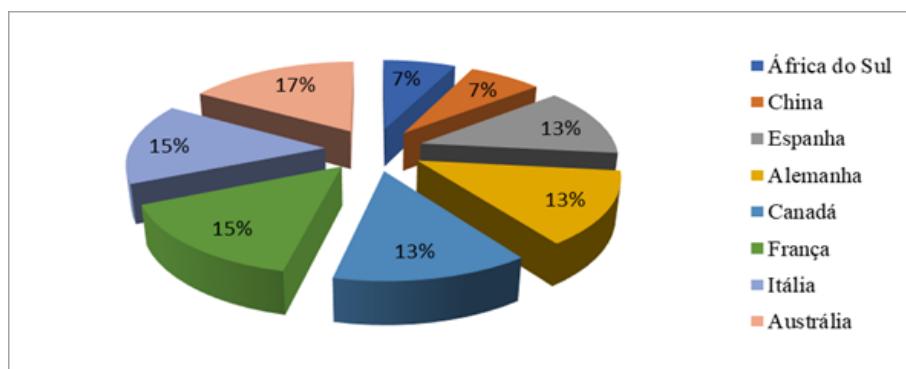


Figura 4

– Principais países que pesquisam sobre planejamento urbano da agricultura urbana e periurbana

Fonte: Elaborado pelos autores

Verifica-se que a Austrália é a pioneira em pesquisas sobre planejamento urbano da agricultura urbana e periurbana, respondendo por 17% dos artigos publicados na base internacional Elsevier's Scopus. Em seguida tem-se a Itália e a França com 15% das publicações cada e, posteriormente Canadá, Alemanha e Espanha que respondem, individualmente, por 13% dos artigos. Vale ressaltar que os países desenvolvidos que estão na liderando as publicações científicas que abordam a agricultura urbana e periurbana com o planejamento urbano, simultaneamente.

3.1 REVISÃO SISTEMÁTICA

As políticas de planejamento urbano nas cidades variam significativamente entre as cidades. Portanto, no estudo realizado, verificou-se o grau em que essas políticas contribuem ou desfavorecem as atividades da agricultura urbana e periurbana.

Segundo Meener, Morales e Bonarek (2017) muitas cidades identificam suas necessidades políticas e elaboraram políticas de uso da terra e ordenanças de zoneamento ou ainda revisam as políticas existentes para refletir os crescentes interesses na agricultura urbana e periurbana. Por sua vez, outras cidades reconhecem os benefícios da agricultura urbana e periurbana, promovendo-a ativamente através do financiamento de uma variedade de programas, doando terra ou estabelecendo um zoneamento protetor. No entanto, existem cidades que adotam um zoneamento restritivo e criam barreiras por meio de políticas proibitivas. Em contraponto, outras cidades, implementam regulamentações mal definidas ou documentadas de forma fragmentada, o que leva a confusões e desestimula os profissionais da agricultura urbana e periurbana (MEENAR; MORALES; BONAREK, 2017).

Os estudos de D'Alessandro, Hanson e Kararach (2016) mostraram que a produção agropecuária em áreas urbanas foi reconhecida como uma atividade legítima da terra, sendo incluída nos planos estratégicos da cidade. No caso de Paddeu (2017), o planejamento urbano mostra-se presente por meio da política de zoamento de terras, o que permite que a agricultura urbana e periurbana, de pequena ou grande escala, realize operações sem limitações de tamanho, bem como as atividades de agricultura não-comercial e comercial.

Para Soulard et al. (2018) o planejamento urbano na agricultura urbana e periurbana se apresenta através da política nacional de proteção de terras agrícolas que está integrada à uma diversidade de documentos institucionais e de planejamento nos níveis municipais. Além disso, segundo os autores, têm sido objeto de legislação regional sobre o estabelecimento de um banco de dados com áreas disponíveis para o desenvolvimento agrícola.

Embora declarações e discursos políticos apoiem implicitamente a atividade da agricultura urbana e periurbana, várias restrições legais permanecem. Para Thornton, Nel e Hampwayne (2010) essas restrições estão relacionadas às questões de acesso à terra e saúde pública (em particular, à percepção de que os mosquitos se reproduzem onde existem atividades agrícolas na cidade). Em determinadas cidades, para evitar conflitos de posse de terra com grupos ou organizações comunitárias, as instituições públicas fornecem aluguéis temporários que estimulam o cultivo de alimentos em lotes vagos e até mesmo atraem a comunidade à prática da agricultura comercial (MEENAR; MORALES; BONAREK, 2017).

Apesar da agricultura urbana e periurbana estar sendo inserida no planejamento urbano de várias cidades, isso não necessariamente significa que essa atividade esteja sendo estimulada, principalmente acerca das características das moradias. Isto é, tem-se modelos de habitação, cuja área é demasiadamente limitada para o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana (NADAL et al., 2018). Dificuldades para incluir a agricultura urbana e periurbana ao planejamento urbano estariam na execução de qualquer estratégia oficial. Pois, em virtude das restrições de recursos, os governos geralmente não conseguem adquirir terras,

fazendo com que a agricultura urbana periurbana se desloque para as áreas periurbanas à medida que a cidade se desenvolve e o crescimento populacional se expanda. E, consequentemente, há a valorização da terra, cujos preços se elevam (MACKAY, 2018).

Para Cinà e Khatami (2017) não existe uma estratégia legal específica para manter as terras cultivadas nas cidades, devido à falta de legislação. Os agricultores que cultivam em espaços abertos são frequentemente os mais afetados pela escassez de políticas públicas, bem como pela falta de fiscalização. Assim, devido à sua natureza temporária e informal, esses agricultores não possuem terras próprias e muitas vezes não possuem outra fonte de emprego (HALLORAN; MAGRID, 2013).

O desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana informal, além de fazer com que a agricultura seja deslocada de terras férteis para áreas marginais, também resulta em aumento da poluição da água (SMIT, 2016). Outro fator encontrado na literatura que contribuiu para a atividade informal corresponde à falta de recursos financeiros ou de financiamentos para alocar espaço à agricultura urbana e periurbana (CONTESE; VAN VLIET; LENHART, 2018).

No entanto, ao contrário da literatura apresentada, Hardman et al. (2018) evidenciaram uma política de incentivo à agricultura urbana e periurbana informal, empregando métodos de divulgação e incentivos para atrair pessoas à prática. Diante do contraste apresentado sobre a agricultura urbana e periurbana informal, percebe-se que o estatuto de zoneamento das cidades precisa ser adaptado para refletir as políticas orientadas para a agricultura urbana e periurbana. Logo, a lei federal de zoneamento corresponde a principal ferramenta usada para implementar políticas relacionadas à agricultura urbana e periurbana (HUANG; DRESCHER, 2015).

Em algumas cidades existe um apoio específico de políticas locais para o uso agrícola mais intensivo da terra e para a criação de animais em áreas periurbanas (BUTT; TAYLOR, 2018). Os municípios historicamente proibiam a criação de animais devido a preocupações com a saúde pública, perturbações (por exemplo, odores, barulho, desordem) ou visões diferentes da vida rural e urbana/suburbana. Ordenanças municipais típicas que regulam a pecuária requerem a autorização ou consentimento de vizinhos, limitando os tipos e números de animais e estabelecendo requisitos de design, tamanho e recuo para a construção de abrigos para esses animais (MEENAR; MORALES; BONAREK, 2017).

Há cidades em que a agricultura urbana e periurbana se apresenta como um método de preservação ambiental. Soulard et al. (2018) apresentaram iniciativas de hortas urbanas ecológicas que podem contribuir para as questões ambientais, como a capacidade de criar, regenerar e/ou manter corredores ecológicos. Já Klimas e Lideika (2018) evidenciaram iniciativas de políticas de agricultura urbana e periurbana em jardins comunitários como forma de colaborar para a manutenção sustentável das cidades.

Conquanto, Pirro e Anguelovski (2017) apontaram aspectos relacionados à falta de incentivo econômico e de estrutura institucional para apoiar uma forma mais sustentável ou natural de agricultura.

Segundo esses autores, os planejadores e cientistas sociais não conseguiram entender completamente o potencial significativo de desenvolvimento sustentável dessas estratégias de agricultura urbana e periurbana. Tal contribuição pode resultar na qualidade de vida de milhões de cidadãos, pois melhora o acesso das pessoas à alimentos saudáveis.

A agricultura urbana e periurbana se apresenta também como uma atividade que contribui para a saúde e para os aspectos sociais da população nas cidades, o que requer a inclusão dessa atividade no planejamento urbano. Napawan e Townsend (2016) evidenciou que a agricultura urbana e periurbana apresenta diretrizes e parâmetros para promover a saúde pública e a segurança alimentar da cidade. Enquanto iniciativas espontâneas de municípios que desenvolvem esquemas de política social para combater a pobreza e a depressão de moradores urbanos afetados pela crise econômica, essas práticas são orientadas principalmente para grupos sociais vulneráveis com a intenção de minimizar as despesas provenientes da alimentação familiar e aumentar a solidariedade social nos bairros (SOULARD et al., 2018).

Quanto a associação entre o planejamento urbano e a agricultura urbana e periurbana percebe-se a existência de uma diversidade de políticas públicas de incentivo à tal prática. Os objetivos sociais e econômicos são elaborados nos documentos acerca da política de alimentos na cidade (CRETELLA; BUENGER, 2016). A nova visibilidade política da agricultura urbana e periurbana configura-se na utilização de suas terras para fomentar uma economia alimentar local nas cidades (MORGAN, 2015). Em determinadas áreas urbanas, a agricultura desempenha um papel na criação de estratégias de financiamento público, abrangendo uma gama de intervenções financeiras que complementam o sistema bancário e de microfinanças (CABANNES, 2012).

A agricultura urbana e periurbana equilibra a demanda e a oferta, reduzindo o desperdício, apoiando varejistas, melhorando a distribuição de alimentos e educando os cidadãos para o valor da alimentação saudável (SONNINO, 2010). De fato, iniciativas de alimentação escolar nas cidades estão acompanhadas por uma série de outras iniciativas que visam melhorar o aprovisionamento de alimentos em espaços públicos.

De fato, iniciativas de alimentação escolar na cidade estão acompanhadas por uma série de outras iniciativas que visam melhorar o aprovisionamento de alimentos em espaços públicos. Através de mudanças no zoneamento de terras e incentivos financeiros para o desenvolvimento de supermercados nas áreas urbanas com o menor acesso a alimentos saudáveis e frescos (SONNINO, 2010).

Conquanto, o estudo realizado por Pothukuchi (2017) apresentou iniciativas de vínculos da agricultura urbana e periurbana com mercados de agricultores, programas de fazenda para escola, caixas de alimentos e programas de coleta, mercearias e restaurantes, orientações voltadas ao empreendedorismo e ao valor agregado dos produtos, também cresceram. Já em outros casos, a agricultura urbana e periurbana não recebe apoio

adequado do governo ou do setor privado no que diz respeito a fatores produtivos, como serviços de extensão, infraestrutura e finanças, para se tornar uma fonte viável de meios de subsistência (D'ALESSANDRO; HANSON; KARARACH, 2016).

Expondo a diversificação de políticas que inclui a agricultura urbana e periurbana ao planejamento urbano, as pesquisas realizadas por Soulard et al. (2018) evidenciam iniciativas de integrar a agricultura ao sistema urbano como um dos elementos estruturais que reforçam a multifuncionalidade (conservando o espaço verde urbano e a produção de alimentos) com objetivo de estabelecer estradas, abastecimento de água e serviços elétricos, fim de torná-lo atraente para os investidores e mais adequado a atividades urbanas, como restaurantes e playgrounds, por exemplo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sucessivo interesse no cultivo de alimentos como atividade de lazer e renda, seguida da preocupação dos consumidores com relação à qualidade de seus alimentos estão se combinando para fazer da agricultura urbana e periurbana uma atividade crescente e dinâmica. Porém, o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana depende de políticas públicas de planejamento urbano do uso das terras agrícolas que levem em consideração os riscos para a saúde e o meio ambiente de cada tipo de agricultura e as condições locais do meio ambiente. Ademais, são necessárias políticas de incentivo para produção e consumo, com a finalidade de legitimar a posição da agricultura dentro do ambiente urbano.

A metodologia Prisma configura-se como um instrumento importante para pesquisas sistemáticas, revelando ao investigador a confiabilidade das publicações científicas os que tratam sobre a temática de planejamento urbano na agricultura urbana e periurbana. Neste estudo, em conjunto com a revisão bibliométrica, apresenta-se um aparato do que se tem publicado e ainda se revela possíveis tendências de pesquisa ou campos emergentes a serem explorados.

A partir dos indicadores bibliométricos pode-se verificar que o interesse dos pesquisadores sobre essa temática vem se intensificando ao longo dos anos, sobretudo em países desenvolvidos, com ênfase nas questões relacionadas aos aspectos sociais do ser humano, preservação do meio ambiente e do bem-estar animal.

Além disso, por meio dos indicadores sistemáticos, as sínteses dos artigos evidenciaram uma diversidade de implicações das políticas de planejamento urbano à agricultura urbana e periurbana através de políticas de uso da terra, zoneamento de proteção, financiamentos, aluguéis temporários ou doações de terras, método de preservação ambiental, meio de promover a saúde pública, segurança alimentar, fomentar a economia alimentar local, garantia da legitimidade e publicidade para incentivar a prática. Entretanto, existem cidades com

zoneamento restritivo, políticas proibitivas, regulações mal definidas, restrições de recursos, terras com preços elevados e atividade informal.

Em suma, espera-se que os achados deste estudo proporcionem contribuição acadêmica e possam servir de referência para posteriores pesquisas. Para estudos futuros, recomenda-se a realização de novas investigações sobre as políticas de planejamento urbano acerca da agricultura urbana e periurbana, visto que a temática ainda pode ser considerada pouco explorada no ambiente científico. Ademais, entende-se que a limitação dessa pesquisa refere-se à utilização de apenas uma base de dados, que, mesmo sendo dotada de relevância internacional, não contempla todas as publicações sobre a temática investigada. Apêndice.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Em Questão, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16>>. Acesso em: 10 jan. 2020..
- BILALI, H.E. et al. Urban and peri-urban agriculture in Sarajevo region: an exploratory study. Journal of Central European Agriculture, v. 14, n. 4, p. 1585-1597, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5513/JCEA01/14.4.1401>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- BUTT, A.; TAYLOR, E. Smells like politics: planning and the inconvenient politics of intensive peri-urban agriculture. Geographical Research, v. 56, n. 2, p. 206-218, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/1745-5871.12266>.
- CABANNES, Y. Financing urban agriculture. Environment and Urbanization, v. 24, n. 2, p. 665-683, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/0956247812456126>.
- CABANNES, Y.; MOROCCHINO, C. (Eds.). *Integrating Food into Urban Planning*. London: UCLpress/Roma: FAO, 2018. p. 18-59.
- CINÀ, G.; KHATAMI, F. Integrating urban agriculture and urban planning in Mashhad, Iran; a short survey of current status and constraints. Agroecology and Sustainable Food Systems, v. 41, n. 8, p. 921-943, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/21683565.2017.1323818>.
- CONTESSA, M.; VAN VLIET, B. J. M.; LENHART, J. Is urban agriculture urban green space? A comparison of policy arrangements for urban green space and urban agriculture in Santiago de Chile. Land Use Policy, v. 71, p. 566-577, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2017.11.006>.
- CRETELLA, A.; BUENGER, M. S. Food as creative city politics in the city of Rotterdam. Cities, v. 51, p. 1-10, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2015.12.001>.
- D'ALESSANDRO, C.; HANSON, K.T.; KARARACH, G. Peri-urban agriculture in Southern Africa: miracle or mirage? African Geographical Review, v. 37, n. 1, p. 49-68, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/19376812.2016.1229629>.
- EL BILALI, H.; BERJAN, S.; SIMIC, J.; DESPOTOVIC, A.; CADRO, S.; KULINA, M. Urban agriculture in Bosnia: Case of Sarajevo region. Journal of Central European Agriculture, v. 14, n. 4, p. 1585-1597, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5513/jcea.v14i4.2356>.

- ELSEVIER, Scopus. Sobre a solução Scopus. 2020. Disponível em: <<https://www.elsevier.com/pt-br/solutions/scopus>>. Acesso: 28 jan. 2020.
- FAO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO). Ciudades más verdes. Roma, 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/015/i1610p/i1610p00.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2019
- FAO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO). Integrating Food into Urban Planning. Roma, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/CA2260EN/ca2260en.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2019.
- HALLORAN, A.; MAGRID, J. The role of local government in promoting sustainable urban agriculture in Dar es Salaam and Copenhagen. *Geografisk Tidsskrift*, v. 113, n. 2, p. 121-132, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/00167223.2013.848612>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- HARDMAN, M. et al. Guerrilla gardening and green activism: Rethinking the informal urban growing movement. *Landscape and Urban Planning*, v. 170, p. 6-14, 2018. Guerrilla gardening and green activism: Rethinking the informal urban growing movement. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2017.08.015>.
- HUANG, D.; DRESCHER, M. Urban crops and livestock: The experiences, challenges, and opportunities of planning for urban agriculture in two Canadian provinces. *Land Use Policy*, v. 43, p. 1-14, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2014.10.011>
- KLIMAS, E.; LIDEIKA, M. Sustainable development: greening and urban agriculture in Lithuania. *Journal of Property, Planning and Environmental Law*, v. 10, n. 3, p. 240-254, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/JPPEL-03-2017-0010>.
- LIU, S. Business characteristics and business model classification in urban agriculture. Wageningen. 2015. Dissertação (MSc Thesis Rural Sociology) – University and Research Centre. Wageningen, 2015. Disponível em: <https://edepot.wur.nl/343326>. Acesso em: 18 jan. 2020.
- MACKAY, H. Mapping and characterising the urban agricultural landscape of two intermediate-sized Ghanaian cities. *Land Use Policy*, v. 70, p. 182-197, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2017.10.031>.
- MEENAR, M.; MORALES, A.; BONAREK, L. Regulatory practices of urban agriculture: a connection to planning and policy. *Journal of the American Planning Association*, v. 83, n. 4, p. 389-403, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080%2f01944363.2017.1369359>.
- MOHER, D. et al. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA*. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v. 24, n. 2, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>
- MORGAN, K. Nourishing the city: The rise of the urban food question in the Global North. *Urban Studies*, v. 52 n. 8, p. 1379-13942, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/0042098014534902>.
- NADAL, A. et al. Social perception of urban agriculture in Latin-America. A case study in Mexican social housing. *Land Use Policy*, v. 76, p. 719-734, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.02.055>.
- NAPAWAN, N. C.; TOWNSEND, S. A. The landscape of urban agriculture in California's capital. *Landscape Research*, v. 41, n. 7, p. 780-794, 2016. DOI: <http://doi.org/10.1080/01426397.2016.1151484>.

- PADDEU, F. Legalising urban agriculture in Detroit: A contested way of planning for decline. *Town Planning Review*, v. 88, n. 1, p. 109-129, 2017. DOI: <https://doi.org/10.3828/tpr.2017.9>.
- PIRRO, C.; ANGUELOVSKI, I. Farming the urban fringes of Barcelona: Competing visions of nature and the contestation of a partial sustainability fix. *Geoforum*, v. 82, p. 53-65, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2017.03.023>.
- POTHUKUCHI, K. To allow farming is to give up on the city": Political anxieties related to the disposition of vacant land for urban agriculture in Detroit. *Journal of Urban Affairs*, v. 39, n. 8, p. 1169-1189, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/07352166.2017.1319239>.
- RUSSO, P.; TOMASELLI, G.; PAPPALARDO, G. Marginal periurban agricultural areas: A support method for landscape planning. *Land Use Policy*, 41, 97-109. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2014.04.017>.
- SCOTT, A.; DEAN, A.; BARRY, V.; KOTTER, R. Places of urban disorder? Exposing the hidden nature and values of an English private urban allotment landscape. *Landscape and Urban Planning*, v. 169, p. 185-198, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2017.09.004>.
- SMIT, W. Urban governance and urban food systems in Africa: Examining the linkages. *Cities*, v. 58, p. 80-86, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2016.05.001>.
- SONNINO, R. Feeding the city: Towards a new research and planning agenda. *International Planning Studies*, v. 14, n. 4, p. 425-435, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/13563471003642795>.
- SOULARD, C. T. et al. Peri-urban agro-ecosystems in the Mediterranean: diversity, dynamics, and drivers. *Regional Environmental Change*, v.18, n. 3, p. 651-662, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10113-017-1102-z>.
- THORNTON, A.; NEL, E.; HAMPWAYE, G. Cultivating Kaunda's plan for self-sufficiency: Is urban agriculture finally beginning to receive support in Zambia? *Development Southern Africa*, v. 27, n. 4, p. 613-625, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/0376835X.2010.508604>. Acesso em: 15 Jun. 2019.

APÊNDICES

Quadro 1

Artigos selecionados para aplicação do método Prisma

Titulo	Autor(es)	Periódico
Conditions and opportunities for green infrastructure - Aiming for green, water-resilient cities in Addis Ababa and Dar es Salaam	Herslund, L., Beckhaus, A., Fryd, O., (.), Werkemaehu, L., Yeshitele, K.	Landscape and Urban Planning 180, pp. 310-327, 2018
Sustainable development, greening and urban agriculture in Lithuania	Klimas, E., Lideikis, M.	Journal of Planning and Environmental Law 10(3), pp. 240-254, 2018
Social perception of urban agriculture in Latin America: A case study in Mexican social housing	Medellí, A., Cervi-Pérez, I., García-Gómez, C., (.), Josa, A., Ruendevall, J.	Land Use Policy 76, pp. 719-734, 2018
Smells like politics: planning and the inconvenient politics of intensive peri-urban agriculture	Butt, A., Taylor, E.	Geographical Research 56(2), pp. 206-218, 2018
Peri-urban agro-ecosystems in the Mediterranean: diversity, dynamics, and drivers	Soulard, C.-T., Valette, E., Perna, C., (.), Napoléon, C., Pohl, J.-C.	Regional Environmental Change 18(3), pp. 651-662, 2018
Is urban agriculture urban or green space? A comparison of policy arrangements for urban green space and urban agriculture in Santiago de Chile	Contesse, M., van Vliet, B.J.M., Leibert, J.	Land Use Policy 71, pp. 568-577, 2018
Guerrilla gardening and green activism: Refining the informal urban growing movement	Herdman, M., Chipanga, L., Magdenhaha, H., (.), Scott, A.J., Armitage, R.P.	Landscape and Urban Planning 170, pp. 6-14, 2018
Peri-urban agriculture in Southern Africa: miracle or mirage?	D'Alessandro, C., Hansen, K.T., Kornach, G.	African Geographical Review 37(1), pp. 49-68, 2018
Places of urban disorder? Exploring the hidden nature and values of an English private urban allotment landscape	Scott, A., Dean, A., Barry, V., Kotter, R.	Landscape and Urban Planning 149, pp. 185-198, 2018
Mapping and characterizing the urban agricultural landscape of two intermediate-sized Ghanaian cities	Mackay, H.	Land Use Policy 70, pp. 183-197, 2018
"To allow farming is to give up on the city": Political ancestors related to the disposition of vacant urban spaces for agriculture in Detroit	Pothukuchi, K.	Journal of Urban Affairs 39(3), pp. 1169-1189, 2017
Regulatory Processes of Urban Agriculture: A Comparison to Planning and Policy	Memar, M., Morales, A., Bourek, L.	Journal of the American Planning Association 83(4), pp. 389-403, 2017
Integrating urban agriculture and urban planning in Mashhad, Iran: a short survey of current status and constraints	Cua, G., Khatami, F.	Agroecology and Sustainable Food Systems 41(8), pp. 931-943, 2017
Framing the urban fringes of Barcelona: Competing visions of nature and the contestation of a partial sustainability fix	Pirro, C., Angueta, I.	Geoforum 87, pp. 53-65, 2017
Legislating urban agriculture in Detroit: A contested way of planning for decline	Padden, F.	Town Planning Review 88(1), pp. 109-129, 2017
The landscape of urban agriculture in California's capital	Nepawna, N.C., Townsend, S.A.	Landscape Research 41(7), pp. 780-794, 2016
Urban governance and urban food systems in Africa: Examining the linkages	Sint, W.	Cites 58, pp. 80-86, 2016
Coping with food poverty in cities: The case of urban agriculture in Glen Norah Township in Harare	Mavareva, S.	Renewable Agriculture and Food Systems 31(3), pp. 202-213, 2016
Food as creative city politics in the city of Rotterdam	Cretella, A., Buerger, M.S.	Cites 51, pp. 1-10, 2014
Urban crops and livestock: The experiences, challenges, and opportunities of planning for urban agriculture in two Canadian provinces	Huang, D., Drescher, M.	Land Use Policy 43, pp. 1-14, 2015
Nourishing the city: The rise of the urban food question in the Global North	Morgan, K.	Urban Studies 52(3), pp. 1379-1394, 2015
Gathering "wild" food in the city: rethinking the role of foraging in urban ecosystem planning and management	McLean, R.J., Hurley, P.T., Emery, M.R., Poe, M.R.	Local Environment 19(2), pp. 220-240, 2014
Urban agriculture in Bosnia: Case of Sarajevo region	El Bish, H., Beryen, S., Simic, J., (.), Cedro, S., Koline, M.	Journal of Central European Agriculture 14(4), pp. 1585-1597, 2013
The role of local government in promoting sustainable urban agriculture in Dar es Salaam and Copenhagen	Halloran, A., Magid, J.	Geografika Tadzhikist 11(3), pp. 121-132, 2013
Financing urban agriculture	Calanques, Y.	Environment and Urbanization 24(2), pp. 665-683, 2012
Cultivating Kenya's plan for self-sufficiency: Is urban agriculture finally beginning to receive support in Zambia?	Thornton, A., Nd, E., Hungwaye, G.	Development Southern Africa 27(4), pp. 613-625, 2010
Feeding the city: Towards a new research and planning agenda	Somuño, R.	International Planning Studies 14(4), pp. 425-435, 2010

Fonte: Elaborado pelos autores